



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Nº9 | SETEMBRO | 2020

**DOCUMENTOS
INTERNACIONAIS RELEVANTES**

Cofinanciado por:



Combater a poluição e as alterações climáticas na Europa melhorará a saúde e o bem-estar dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis

A poluição atmosférica e sonora, os impactos das alterações climáticas (tais como as vagas de calor) e a exposição a produtos químicos perigosos provocam problemas de saúde na Europa. A presença de ambientes de má qualidade é responsável por 13 % das mortes, de acordo com um importante estudo de avaliação sobre a saúde e o ambiente, hoje publicado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA). Melhorar a saúde e o bem-estar dos cidadãos europeus é mais importante do que nunca, com a atenção atualmente consagrada à resposta à pandemia da COVID-19. A situação da pandemia permite-nos apercebermo-nos da complexa teia de relações existente entre o ambiente, os sistemas sociais e a nossa saúde.

De acordo com o relatório da AEA «Ambiente saudável, vida saudável: o modo como o ambiente influencia a saúde e o bem-estar na Europa», parte significativa dos encargos com doenças na Europa continua a ser atribuída à poluição ambiental resultante da atividade humana. O relatório, que se baseia amplamente nos dados da Organização Mundial da Saúde sobre as causas de morte e de doença, salienta que a qualidade do ambiente na Europa desempenha um papel fundamental na determinação da nossa saúde e bem-estar. Mostra-nos como a precariedade social, os comportamentos pouco saudáveis e as alterações demográficas na Europa influenciam a saúde ambiental, sendo os grupos mais vulneráveis os mais duramente atingidos.

- Relatório “[Ambiente saudável, vida saudável: o modo como o ambiente influencia a saúde e o bem-estar na Europa](#)”

Os esquemas de proteção do emprego devem permanecer à medida que o desemprego aumenta novamente

A Confederação Europeia de Sindicatos está a pedir aos governos nacionais que mantenham as medidas de emergência de proteção do emprego em vigor depois de o desemprego na UE ter aumentado pelo quinto mês consecutivo. Apesar do alívio das medidas de confinamento, mais 336.000 pessoas ficaram desempregadas permanentemente entre junho e julho, segundo [dados publicados este mês pelo Eurostat](#). Isto significa que o número de perdas de emprego permanentes desde o início do confinamento em março é superior a 1,5 milhões, elevando o desemprego total na UE para 15 milhões.

A taxa geral de desemprego aumentou de 6,4% para 7,2% desde março e de 14,5% para 17% entre os jovens. Além disso, há 45 milhões de trabalhadores em regimes de trabalho de curta duração que correm o risco de desemprego permanente, a menos que as medidas de emergência sejam estendidas.

Respondendo a estes números, o Secretário-Geral da CES, Luca Visentini, comentou: *“(Os dados) mostram que o desemprego ainda estava a aumentar rapidamente este verão, mesmo quando os governos começaram a aliviar as regras de confinamento. Ainda estamos numa emergência económica e as medidas tomadas para proteger empregos e salários devem permanecer em vigor até que uma recuperação real esteja em andamento. O número de pessoas desempregadas na Europa é inaceitavelmente alto, mas, com 45 milhões de pessoas em risco de desemprego, pode rapidamente piorar se as políticas de proteção ao emprego garantidas pelos sindicatos forem retiradas prematuramente.”*

Integração de migrantes e refugiados no mercado de trabalho: Comissão e parceiros económicos e sociais relançam a cooperação

A Comissão Europeia, os sindicatos, as câmaras de comércio e as associações patronais renovaram este mês a sua cooperação para promover a integração dos migrantes e refugiados no mercado de trabalho. Numa declaração conjunta publicada no passado dia 7 de setembro, foram identificados os domínios a que será dada especial atenção e

manifestado interesse em alargar a cooperação ao domínio da migração laboral, no âmbito da Parceria Europeia para a Integração lançada em 2017. Os signatários reafirmam a importância de uma abordagem multilateral, que promova a rápida integração no mercado de trabalho e beneficie tanto os refugiados como a economia e a sociedade em geral.

- [Declaração conjunta da Comissão Europeia e dos Parceiros Económicos e Sociais sobre a renovação da Parceria Europeia para a Integração](#)

Grande maioria dos sindicatos exige legislação da UE sobre salários justos

A esmagadora maioria dos sindicatos europeus que representam 45 milhões de trabalhadores votou a favor de uma nova lei da UE para apoiar salários mínimos justos e negociação coletiva. Na sequência de um debate amplo e aberto, os membros da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) aprovaram um apelo a uma Directiva Europeia com 85% dos votos a favor. Participaram na votação 87 sindicatos nacionais de toda a Europa, além de 10 sindicatos setoriais europeus. A pressão recai agora sobre a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, para que cumpra o prometido e apresente uma proposta dentro de 100 dias para “garantir que todos os trabalhadores da UE tenham um salário mínimo justo”.

- [Ler artigo completo](#)

Coronavírus: Comissão propõe mais clareza e previsibilidade em relação a todas as medidas que restringem a livre circulação na União Europeia

A Comissão Europeia adotou este mês uma proposta de recomendação do Conselho Europeu que visa assegurar que todas as medidas tomadas pelos Estados-Membros que restrinjam a livre circulação devido à pandemia de COVID-19 sejam coordenadas e comunicadas de forma clara a nível da UE.

A proposta da Comissão estabelece quatro áreas essenciais em que os Estados-Membros devem colaborar de forma mais estreita:

1. Critérios e limiares comuns a que os Estados-Membros devem recorrer quando decidem se devem ou não introduzir restrições de viagem;
 2. Definição de critérios comuns utilizando um código de cores acordado;
 3. Um quadro comum para as medidas aplicadas aos viajantes provenientes de zonas de alto risco;
 4. Informação clara e atempada do público sobre quaisquer restrições.
- [Proposta de recomendação do Conselho](#) relativa a uma abordagem coordenada das restrições à livre circulação em resposta à pandemia de COVID-19

Desenvolvimento de capacidades para um diálogo social eficaz na União Europeia

O objetivo deste relatório publicado pela Eurofound é contribuir para a discussão sobre a forma como a fundação pode contribuir para apoiar o reforço das capacidades dos parceiros sociais para um diálogo social eficaz. O relatório inclui uma análise da Eurofound com o objetivo de identificar as necessidades e iniciativas de reforço das capacidades dos parceiros sociais em relação aos enquadramentos nacionais para a negociação coletiva autónoma, o envolvimento no diálogo social europeu e no Semestre Europeu e o desenvolvimento da adesão e serviços para os membros. Também inclui os resultados de consultas às partes interessadas e dois seminários de intercâmbio realizados em 2019, juntamente com um conjunto de orientações políticas para discussão posterior.

- [Descarregar relatório](#)

Países da UE com fraca negociação coletiva têm salários mais baixos

As estatísticas mostram que os níveis salariais na Europa estão intimamente ligados ao fato de os trabalhadores serem abrangidos por convenções coletivas. Em nove dos dez Estados-Membros da UE com os salários médios e mínimos mais baixos, apenas 7% a 30% dos trabalhadores beneficiam de um nível salarial negociado pelos sindicatos. Por outro lado, mais de 70% dos trabalhadores beneficiam da negociação coletiva em sete dos dez países onde os salários são mais altos. Mas o problema existe em todos os países - há 19 milhões de trabalhadores que não beneficiam da negociação

coletiva na Alemanha e 76 milhões (39% de todos os trabalhadores) excluídos por toda a UE.

A CES destaca estes dados enquanto a Comissão Europeia pondera como implementar a promessa de Ursula von der Leyen de "garantir que todos os trabalhadores da União Europeia tenham um salário mínimo justo". A Comissão Europeia deve apresentar a sua iniciativa em 28 de outubro. A CES apela a uma diretiva que garanta que os Estados-Membros não possam fixar salários mínimos abaixo do limiar de risco de pobreza e que proteja e promova a negociação coletiva em todos os países da UE.

- [Ler artigo completo](#)

De volta ao futuro: indicadores políticos de cenários de trabalho nas plataformas digitais

O trabalho em plataformas digitais - a correspondência entre procura e oferta de mão de obra paga por meio de uma plataforma online - ainda é pequeno em escala, mas está a crescer. Neste sentido, é importante antecipar as oportunidades e riscos relacionados com este modelo de negócio e forma de emprego. Este relatório publicado pela Eurofound explora cenários potenciais para dois tipos selecionados de trabalho em plataformas digitais até 2030, tendo por base o projeto 'Cenários futuros de trabalho em plataformas digitais' da Eurofound. O relatório avalia as implicações esperadas para a economia, o mercado de trabalho e a sociedade caso esses futuros potenciais se concretizem. Com base nisto, os indicadores políticos mostram o que poderia ser feito para alcançar futuros desejáveis e evitar os indesejáveis. Estes indicadores políticos mostram como aproveitar as oportunidades inerentes ao trabalho em plataforma digital local, a necessidade de clareza e aplicação regulamentar, questões relacionadas com a representatividade dos trabalhadores e a integração deste tipo de trabalho na era digital.

- [Descarregar relatório](#)

Desvio do IVA: Os países da UE perderam 140 mil milhões de EUR de receitas de IVA em 2018, com um aumento potencial em 2020 devido ao coronavírus

Em 2018, os países da UE perderam um total estimado em 140 mil milhões de EUR de receitas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), de acordo com um novo relatório publicado este mês pela Comissão Europeia. Embora ainda seja extremamente elevado, o desvio global do IVA — ou a diferença entre as receitas esperadas nos Estados-Membros da UE e as receitas efetivamente cobradas — melhorou ligeiramente nos últimos anos. No entanto, os dados relativos a 2020 prevêem uma inversão desta tendência, com uma perda potencial de 164 mil milhões de EUR em 2020, devido aos efeitos da pandemia de coronavírus na economia.

- [Ler artigo completo](#)
- [Relatório sobre o desvio do IVA nos Estados Membros da UE-28](#)

Estado da União: Comissão reforça a ambição em matéria de clima e propõe uma redução de 55 % das emissões até 2030

A Comissão Europeia apresentou no dia 17 de setembro o seu plano para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da UE em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Este nível de ambição para a próxima década colocará a UE numa trajetória equilibrada para alcançar a neutralidade climática até 2050. A nova meta baseia-se numa exaustiva avaliação dos impactos sociais, económicos e ambientais, que demonstra que esta linha de ação é realista e exequível. Este reforço de ambição sublinha igualmente a contínua liderança mundial da UE, antes da próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP26).

- [Ler artigo completo](#)

NextGenerationEU: Comissão apresenta as próximas etapas para a disponibilização dos 672 500 milhões de euros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência na sua estratégia anual para o crescimento sustentável 2021

Na sua estratégia anual para o crescimento sustentável em 2021, a Comissão Europeia definiu orientações estratégicas para a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Este mecanismo é o principal instrumento de recuperação no âmbito do instrumento europeu NextGenerationEU, que visa ajudar a UE a sair mais forte e mais resiliente da crise atual. Ao abrigo deste mecanismo, será disponibilizado, sob a forma de empréstimos e subvenções, o montante sem precedentes de 672 500 milhões de euros, em apoio financeiro imediato nos primeiros anos decisivos da recuperação.

A estratégia deste ano vem plenamente na mesma linha da anterior. As quatro dimensões definidas na estratégia anual para o crescimento sustentável do ano passado - sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica - devem continuar a ser os princípios orientadores subjacentes aos planos nacionais de recuperação e resiliência dos Estados-Membros. Estas prioridades estão no âmago do Semestre Europeu e asseguram que a nova agenda para o crescimento ajude a constituir as bases de uma recuperação ecológica, digital e sustentável.

Para beneficiarem do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os Estados-Membros devem apresentar projetos de planos de recuperação e de resiliência, que definam os programas nacionais de investimento e reforma em conformidade com os objetivos políticos da UE acima referidos. Os planos de recuperação e resiliência nacionais devem visar os desafios de política económica definidos nas recomendações específicas por país dos últimos anos, com especial destaque para os ciclos de 2019 e 2020, e permitir que os Estados-Membros reforcem o seu potencial de crescimento económico, a criação de emprego e a resiliência económica e social e que levem a cabo as transições ecológica e digital.

A Comissão apresentou também orientações adicionais dirigidas aos Estados-Membros sobre a melhor forma de apresentarem os seus planos de recuperação e resiliência, juntamente com um modelo normalizado para os respetivos planos.

- [Ler artigo completo](#)

Estado da União: novo plano de ação para inverter a tendência e lutar contra o racismo

No seu discurso sobre o estado da União 2020, a Presidente Ursula von der Leyen anunciou um novo plano de ação da UE contra o racismo que estabelece um conjunto de medidas para os próximos 5 anos. A Comissão assegurará, nomeadamente, que os Estados-Membros aplicam integralmente a legislação da UE na matéria e, se necessário, reforçam o seu quadro jurídico. Em causa poderão estar, em especial, as áreas ainda não cobertas pela legislação em matéria de não-discriminação, nomeadamente os serviços de polícia. A Comissão convida também os Estados-Membros a maximizarem a utilização dos instrumentos ao seu dispor, designadamente o financiamento disponível a partir do próximo orçamento da UE de longo prazo e o instrumento *NextGeneration EU*. O plano de ação reúne os intervenientes a todos os níveis para lutar mais eficazmente contra o racismo na Europa, incluindo através da adoção de planos de ação nacionais.

- [Plano de ação da UE contra o racismo](#)

Coronavírus: Comissão assina segundo contrato para garantir acesso a uma potencial vacina

Entrou no passado dia 18 de setembro em vigor um segundo contrato com a indústria farmacêutica na sequência da assinatura formal do contrato entre as empresas Sanofi-GSK e a Comissão. O contrato permitirá a todos os Estados-Membros da UE adquirir até um máximo de 300 milhões de doses da vacina Sanofi-GSK. Além disso, os Estados-Membros podem doar doses reservadas a países de baixo e médio rendimento. A Sanofi e a GSK procurarão igualmente fornecer em tempo útil uma parte significativa do seu abastecimento de vacinas através de uma colaboração com o Mecanismo de Acesso Mundial às Vacinas contra a COVID-19 (COVAX) — o pilar para as vacinas do acelerador do acesso aos meios de combate à COVID-19 para países de rendimento baixos e médios.

A Comissão já assinou um contrato com a [AstraZeneca](#) e continua a discutir acordos semelhantes com outros fabricantes de vacinas ([Johnson & Johnson](#), [CureVac](#), [Moderna](#) e [BioNTech](#)), com os quais concluiu conversações exploratórias.

- [Ler artigo completo](#)

Resposta Mundial ao Coronavírus: a contribuição da Comissão para o Mecanismo de Acesso Mundial às Vacinas contra a COVID-19 (COVAX)

A Comissão Europeia confirmou este mês a sua participação no Mecanismo Covax para o acesso equitativo e a preços acessíveis a vacinas contra a COVID-19, na sequência da sua manifestação de interesse em 31 de agosto e do anúncio de uma contribuição de 400 milhões de euros.

Num esforço conjunto entre a Comissão Europeia e os 27 Estados Membros da UE, a Equipa Europa contribuirá com um montante inicial de 230 milhões de EUR em dinheiro através de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, apoiado pelo mesmo montante em garantias concedidas pelo orçamento da UE. Uma contribuição de 230 milhões de EUR é equivalente a reservas ou opções de compra de 88 milhões de doses, que a UE transferiria para os países elegíveis de garantia de mercado. Esta contribuição é complementada por 170 milhões de EUR de garantias financeiras provenientes do orçamento da UE.

- [Ler artigo completo](#)

Plano climático da UE tem ambição certa, mas ainda não é justo para os trabalhadores

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) apoia a proposta da Comissão Europeia para uma nova meta de redução de emissões de GEE de -55%, mas o plano para a atingir, publicado este mês, ignora a transição justa necessária para tornar a mudança justa para os trabalhadores.

- [Comentários do Secretário Confederal da CES, Ludovic Voet, ao Plano de Metas Climáticas para 2030](#)

Combate ao cancro: Melhor proteção dos trabalhadores contra produtos químicos cancerígenos

Anualmente, verificam-se, na UE, cerca de 120 000 casos de cancro de origem profissional em resultado da exposição a agentes cancerígenos no trabalho, conduzindo a aproximadamente 80 000 óbitos. No intuito de melhorar a proteção dos trabalhadores contra o cancro, a Comissão Europeia propôs limitar ainda mais a sua exposição a produtos químicos cancerígenos. Esta quarta revisão da Diretiva relativa aos agentes cancerígenos e mutagénicos estabelece valores-limite novos ou revistos para três substâncias importantes: o acrilonitrilo, os compostos de níquel e o benzeno. Segundo se prevê, as novas regras traduzir-se-ão em proteção acrescida para mais de 1,1 milhões de trabalhadores em diversos setores. A proposta agora apresentada é a primeira iniciativa que dá corpo ao empenho da Comissão no quadro do plano europeu de luta contra o cancro, a apresentar proximamente.

- [Proposta da Comissão relativa à quarta revisão da Diretiva relativa aos agentes cancerígenos e mutagénicos](#)

Um novo começo em matéria de migração: reforçar a confiança e encontrar um novo equilíbrio entre responsabilidade e solidariedade

A Comissão Europeia propôs um novo Pacto sobre a Migração e o Asilo, que engloba os diversos elementos necessários para uma abordagem europeia abrangente da migração. O pacto define procedimentos melhorados e mais rápidos em todo o sistema de asilo e de migração e estabelece um equilíbrio entre os princípios da partilha equitativa de responsabilidade e da solidariedade. Tal é fundamental para restabelecer a confiança entre Estados-Membros e na capacidade da União Europeia para gerir a migração. O sistema atual já não funciona e, nos últimos cinco anos, a UE não conseguiu repará-lo. A UE tem de superar o atual impasse e estar à altura do desafio. Com o novo Pacto sobre a Migração e o Asilo, a Comissão propõe soluções europeias comuns para um desafio europeu. A UE deve afastar-se de soluções pontuais e criar um sistema de gestão da migração previsível e fiável.

- [Novo Pacto sobre a Migração e o Asilo](#)

Pacote «Financiamento Digital»: Comissão apresenta uma nova abordagem ambiciosa para incentivar a inovação responsável em prol dos consumidores e das empresas

A Comissão Europeia adotou um novo pacote «Financiamento Digital», que inclui estratégias em matéria de financiamento digital e de pagamentos de pequeno montante, bem como propostas legislativas sobre criptoativos e resiliência digital. O pacote apresentado este mês reforçará a competitividade da Europa e a inovação no setor financeiro, abrindo caminho a que a Europa desempenhe um papel de líder na definição de normas a nível internacional. Providenciará aos consumidores mais escolha e oportunidades em matéria de serviços financeiros e de pagamentos modernos, garantindo simultaneamente a sua proteção e a estabilidade financeira.

As medidas apresentadas terão um papel crucial na recuperação económica da UE, desbloqueando novas formas de canalizar financiamento para as empresas europeias e desempenhando simultaneamente um papel fundamental na concretização do Pacto Ecológico Europeu e da Nova Estratégia Industrial para a Europa. Ao tornar as regras mais seguras e mais propícias à digitalização para os consumidores, a Comissão pretende impulsionar a inovação responsável no setor financeiro da UE, especialmente para as empresas digitais em fase de arranque altamente inovadoras, atenuando simultaneamente os riscos potenciais ligados à proteção dos investidores, ao branqueamento de capitais e à cibercriminalidade.

- [Mais informações sobre o Pacote “Financiamento Digital”](#)

Viver, trabalhar e COVID-19

Este relatório publicado pela Eurofound apresenta as conclusões do inquérito “Living, working and COVID-19”, realizado pela Eurofound para captar as implicações de longo alcance da pandemia na forma como as pessoas vivem e trabalham na Europa. O inquérito foi realizado online, junto de inquiridos que foram alcançados através das partes interessadas da Eurofound e da publicidade nas redes sociais. O inquérito foi realizado duas vezes até o momento: uma em abril, quando a maioria dos Estados-Membros estava em confinamento, e outra em julho, quando a sociedade e as economias estavam a reabrir lentamente. As conclusões da primeira ronda do inquérito refletiram um

sofrimento emocional generalizado, preocupação financeira e baixos níveis de confiança nas instituições. Os níveis de preocupação diminuíram um pouco na segunda ronda, especialmente entre os grupos de entrevistados que beneficiavam das medidas de apoio implementadas durante a pandemia. Ao mesmo tempo, os resultados sublinham diferenças marcantes entre países e entre grupos socioeconómicos que apontam para desigualdades crescentes.

Os resultados confirmam o aumento do teletrabalho em todos os países durante a pandemia, já documentado noutros estudos, e o presente relatório explora o que isso significa para o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e para a qualidade do emprego.

- [Descarregar relatório](#)

O novo Espaço Europeu da Investigação: Comissão define novo plano para apoiar a transição ecológica e digital e a recuperação da UE

A Comissão Europeia adotou uma Comunicação sobre um novo Espaço Europeu da Investigação e da Inovação. Assente na excelência, competitivo, aberto e orientado para o talento, o novo Espaço Europeu da Investigação irá melhorar o panorama da investigação e da inovação na Europa, acelerar a transição da UE para a neutralidade climática e a liderança digital, apoiar a sua recuperação do impacto social e económico da crise do coronavírus e reforçar a sua resiliência contra crises futuras.

A Comissão definiu objetivos e ações estratégicos a implementar em estreita cooperação com os Estados-Membros, visando dar prioridade aos investimentos e às reformas na investigação e inovação, melhorar o acesso dos investigadores de toda a UE à excelência e permitir que os resultados da investigação cheguem ao mercado e à economia real. Além disso, a comunicação promove a mobilidade dos investigadores, o desenvolvimento das suas competências e as suas oportunidades de progressão na carreira dentro da UE, a igualdade entre homens e mulheres, bem como um melhor acesso à ciência revista por pares e financiada por fundos públicos.

- [Comunicação sobre um novo Espaço Europeu da Investigação e da Inovação](#)

Estado de direito: primeiro relatório anual sobre a situação do Estado do direito na União Europeia

A Comissão Europeia publicou este mês o primeiro relatório sobre o Estado de direito na UE. O relatório inclui contribuições de todos os Estados-Membros e incide tanto sobre os desenvolvimentos positivos como negativos ocorridos na UE, mostrando que embora muitos Estados-Membros tenham normas elevadas em matéria de Estado de direito, existem desafios importantes ao Estado de direito na UE. O relatório também aborda as consequências resultantes das medidas de emergência tomadas pelos Estados-Membros para fazer face à crise do coronavírus. O documento abrange quatro pilares principais que influenciam fortemente o Estado de direito: os sistemas de justiça nacionais, os quadros de luta contra a corrupção, o pluralismo e a liberdade dos meios de comunicação social e outras questões institucionais relacionadas com o equilíbrio de poderes essencial para um sistema de governação democrática eficaz.

O novo relatório sobre o Estado de direito visa alargar o atual conjunto de ferramentas de que a UE dispõe, dotando-o de uma nova ferramenta preventiva, e promover uma cultura de debate inclusivo e do Estado de direito em toda a UE. Visa também ajudar todos os Estados-Membros a examinar a forma como podem fazer face aos desafios e como podem aprender com as experiências uns dos outros, bem como mostrar como o Estado de direito pode ser reforçado no pleno respeito das tradições e dos sistemas constitucionais nacionais.

- [Relatório de 2020 sobre o Estado de Direito – a situação do Estado de direito na União Europeia](#)
- [Relatório de 2020 sobre o Estado de Direito – Capítulos por país](#)
- [Relatório de 2020 sobre o Estado de Direito – Ficha de informação](#)

Concretizar o Espaço Europeu da Educação até 2025 e reconfigurar a educação e a formação para a era digital

A Comissão Europeia adotou no passado dia 30 de setembro duas iniciativas destinadas a reforçar o contributo da educação e da formação para a recuperação da UE na sequência da crise motivada pelo coronavírus e ajudar a construir uma Europa ecológica e digital. Definindo uma visão do Espaço Europeu da Educação a concretizar até 2025, a Comissão propõe novas iniciativas, mais investimento e uma cooperação mais estreita entre os Estados-Membros para que todos os europeus, de todas as idades, possam beneficiar da variada oferta de ensino e formação da UE. A Comissão adotou igualmente um novo Plano de Ação para a Educação Digital, que reflete os ensinamentos retirados da crise motivada pelo coronavírus e define medidas com vista a um ecossistema de educação digital altamente eficaz, com competências digitais reforçadas apontadas para a transformação digital.

- [Espaço Europeu da Educação](#)
- [Plano de Ação para a Educação Digital](#)

Convergência ascendente na UE: definição, medição e tendências

O impacto desigual da crise económica de 2008–2013 nos Estados-Membros colocou a convergência ascendente em primeiro plano nos debates políticos da UE. A prioridade era orientar a política social no sentido de colocar a UE de novo nos trilhos, conforme consagrado no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. No entanto, o significado do conceito não era claro. A Eurofound preencheu esta lacuna, definindo a convergência ascendente como uma melhoria do desempenho juntamente com uma redução das disparidades entre os Estados-Membros num dado indicador socioeconómico. Tomando esta definição como ponto de partida, este relatório da Eurofound ilustra as diferentes formas como a convergência ascendente é normalmente medida. Resume também os padrões de convergência em seis indicadores socioeconómicos importantes ao longo de uma década, desde o início da crise económica até ao auge da recuperação. A análise conclui que os padrões de convergência ascendente são instáveis e que os Estados-Membros devem

reforçar a sua resiliência nos domínios da política económica e social para alcançar uma convergência ascendente sustentável.

- [Descarregar relatório](#)

- [Texto aprovado - Medidas eficazes para tornar os programas Erasmus+, Europa Criativa e o Corpo Europeu de Solidariedade mais ecológicos - P9 TA-PROV\(2020\)0211 - Terça-feira, 15 de Setembro de 2020 - Bruxelas - Edição provisória](#)
- [RELATÓRIO sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(UE\) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos adicionais excecionais e disposições de execução no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, a fim de prestar assistência à promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia \(Iniciativa REACT-EU\) - A9-0150/2020](#)
- [Texto aprovado - Fundo para uma Transição Justa ***I - P9 TA-PROV\(2020\)0223 - Quinta-feira, 17 de Setembro de 2020 - Bruxelas - Edição provisória](#)
- [Texto aprovado - COVID-19: coordenação das avaliações sanitárias e classificação dos riscos na UE e consequências para o Espaço Schengen e o mercado único - P9 TA-PROV\(2020\)0240 - Quinta-feira, 17 de Setembro de 2020 - Bruxelas - Edição provisória](#)
- [Texto aprovado - A importância de infraestruturas urbanas e verdes – Ano Europeu das Cidades mais Verdes 2022 - P9 TA-PROV\(2020\)0241 - Quinta-feira, 17 de Setembro de 2020 - Bruxelas - Edição provisória](#)
- [RELATÓRIO sobre o aprofundamento da União dos Mercados de Capitais: melhorar o acesso ao financiamento do mercado de capitais, em especial por parte das PME, e permitir uma maior participação dos investidores de retalho - A9-0155/2020](#)